



Por Filipe Alves

Análise

2023: O ano em que a única certeza será a incerteza

Sociedades de advogados nacionais otimismo moderado face ao próximo ano. Insolvências e Reestruturações, Energia e Infraestruturas estarão entre as áreas mais dinâmicas, num ano marcado pela incerteza e por uma possível recessão à escala europeia. Sociedades multidisciplinares serão outro tema forte de 2023.

O ano de 2023 será previsivelmente imprevisível. Esta parece ser a única certeza em relação ao próximo ano, com o conflito na Ucrânia ainda sem fim à vista, a escalada da inflação e a subida das taxas de juro, que deverão colocar dificuldades aos estados, às empresas e às famílias. Para as sociedades de advogados portuguesas, esta conjuntura traz inúmeros desafios, mas também algumas oportunidades, uma vez que algumas áreas de prática – como reestruturações e insolvências – deverão registar um acréscimo de atividade. Por outro lado, a criação de sociedades multidisciplinares e clarificação da forma como se irão relacionar os sócios que são advogados e os que

não o são – deverá ser um dos temas fortes no sector em 2023.

“Tenho recordado com frequência crescente duas expressões, uma, consagrada e interessante, que a academia anglo-saxónica vem adotando para caracterizar o contexto em que vivemos nas últimas décadas: VUCA (Volatile, Uncertain, Complex and Ambiguous), e outra, cunhada por Jamais Cascio, ainda mais perturbadora: BANI (Brittle, Anxious, Nonlinear, and Incomprehensible). Diria que estamos algures entre VUCA e BANI”, diz ao Jornal Económico a managing partner da Abreu Advogados, Inês Sequeira Mendes.

“O próximo ano, à semelhança dos últimos três, deverá ser mais um de forte im-

previsibilidade com reflexos diretos na vida das pessoas e dos mercados. A evolução da guerra na Ucrânia, o valor da subida da inflação, a dimensão da crise energética e do aumento do custo de vida serão alguns dos fatores mais relevantes para podermos analisar a forma como pessoas, empresas e mercados se irão comportar. Quaisquer previsões estarão sempre condicionadas por estas incertezas e serão passíveis de revisão à medida das respetivas evoluções”, acrescentou Inês Sequeira Mendes, notando que “2023 será seguramente desafiante, do ponto de vista das empresas mas também dos cidadãos” e que, com a recessão à porta em vários países europeus, o próximo ano não será ainda um ano de retoma da

dinâmica económica que se registava no período pré-pandemia.

Por sua vez, a Vieira de Almeida & Associados olha com “preocupação” a volatilidade da atual situação económica e geopolítica. Em todo o caso, segundo fonte oficial do escritório liderado por Paula Gomes Freire, “a perspectiva para o ano de 2023 é a de que alguns setores se mantenham bastante dinâmicos, com muita atividade e a requerer envolvimento significativo de assessoria, pelo que estimamos níveis de ocupação elevados”.

O managing partner da Miranda, Diogo Xavier da Cunha, considera que no mercado português a expectativa é de “uma certa continuidade no crescimento da atividade, apesar da incerteza associada à evolução da guerra na Europa, ao crescimento da inflação e às perspectivas de crise económica e social”.

Diogo Xavier da Cunha destaca ainda outros aspetos relacionados com a própria classe dos advogados, que são “transversais a toda a profissão que esperava terem sido clarificados em 2022, mas que lamentavelmente continuam sem resposta cabal do legislador”. Em causa estão o futuro da Caixa de Previdência, o regime da transparência fiscal aplicável às sociedades de advogados, a problemática das sociedades multidisciplinares e o relacionamento entre as sociedades de advogados e os advogados não sócios que as integram.

“O que se espera é que haja capacidade para encontrar soluções construtivas e equilibradas e não assentes na demagogia e ideologia que infelizmente poluem uma discussão séria e informada”, frisou o líder da Miranda.

SEGUNDA VAGA DO PRR PODE TRAZER OPORTUNIDADES

Inês Sequeira Mendes considera que, apesar dos desafios, há alguns factores que poderão fazer a diferença no próximo ano, a começar pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja execução tem estado atrasada em relação ao calendário inicialmente fixado. “Apesar de ter



tido um início algo periclitante, poderá ter desenvolvimentos importantes ao longo de 2023, e em conjunto com o Portugal 2030, ser um motor de crescimento e de desenvolvimento para a nossa economia”, defende a managing partner da Abreu.

“É hoje claro que não bastará crescer: é necessário que esse crescimento tenha presente a centralidade que a sustentabilidade e as transições gêmeas energética e digital assumem, e assumirão cada vez mais, em praticamente todas as dimensões da economia”, acrescentou.

Outro factor que poderá contribuir de forma positiva será a eventual descida da inflação ao longo do próximo ano, que o Governo prevê no Orçamento do Estado para 2023. “É expectável que possa haver melhores condições de investimento e financiamento para empresas e cidadãos e que isso se reflita positivamente no comportamento da economia nacional”, salienta.

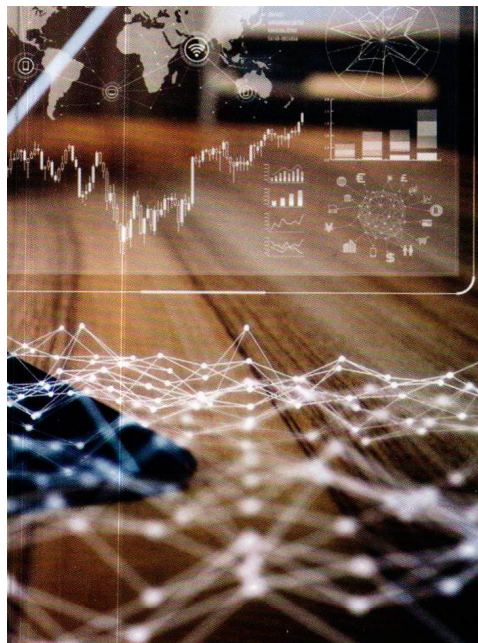
INSOLVÊNCIAS DEVERÃO AUMENTAR 20% EM 2023 E ÁREA DE ENERGIA VAI CONTINUAR COM MUITA ATIVIDADE

Por outro lado, a conjuntura económica desafiante trará maior atividade para áreas de prática como Reestruturações e Insolvên-

cias, nota a líder da Abreu Advogados. “A volatilidade e não-linearidade do contexto internacional são propícias ao aumento da atividade em algumas áreas, não só em Portugal, mas a nível europeu, das quais destaco duas: Reestruturações e Insolvência e Energia”, diz. O aumento da primeira dever-se-á à pressão inflacionista, sustenta a advogada, notando que os custos de funcionamento das empresas têm aumentado muito nos últimos meses, devido à subida dos preços da energia e das matérias-primas, juntamente com as dificuldades nas cadeias logísticas, acrescenta.

“Todos estes fatores têm colocado uma pressão adicional sobre as empresas que poderá materializar-se num aumento relevante do número de insolvências: de acordo com a Allianz Trade subirão cerca de 20% em Portugal no próximo ano”, antecipa Inês Sequeira Mendes. A managing partner da Abreu Advogados considera que a área da Energia terá também grande dinamismo no próximo ano, na sequência da aposta “consistente” que vem sendo feita por Portugal na área das renováveis e que, à luz da atual crise energética, se revelou “acertada”.

Uma perspectiva que é partilhada pelo managing partner da Sérvulo, Manuel Magalhães. Em situações de crise ou



abrandamento económico acentuado é costume assistir a um aumento da procura de serviços jurídicos relacionados com as áreas de reestruturação e insolvência, mas, também, do contencioso em geral”, notou o advogado.

“Por outro lado, considerando que o atual contexto económico é, também, marcado por uma crise energética e atento o objetivo cada vez mais vincado de evoluirmos para um quadro de neutralidade carbónica é provável que se mantenha e mesmo se intensifique a atividade jurídica relacionada com o setor das energias renováveis e infraestruturas”, acrescentou.

Miguel Torres, managing partner da Telles, considera que “tradicionalmente, em períodos de crise económica e financeira, há um maior crescimento nos serviços destinados às reestruturações de empresas a vários níveis, nomeadamente na redução de custos, nos financiamentos, na gestão e também na sucessão nas empresas familiares”. As áreas de laboral, contencioso, insolvências e fiscal serão também de grande atividade, considera o líder da Telles, notando também que a sociedade espera “aumentar a prestação de serviços nas áreas das energias verdes, ESG, sustentabilidade, economia circular, digital e cibersegurança e contratação pública”.



Inês Sequeira Mendes

Managing partner
da Abreu



Miguel Torres

Managing partner
da Telles



Paula Gomes Freire

Managing partner
da Vieira de Almeida & Associados



Manuel Magalhães

Managing
partner da Sérvulo

LIQUIDEZ ACUMULADA DEVERÁ POTENCIAR ALGUMAS OPERAÇÕES DE M&A

Apesar da subida das taxas de juro e das maiores dificuldades de financiamento, a área de Fusões e Aquisições (M&A) deverá conhecer algum dinamismo com operações em alguns sectores específicos, consideram os responsáveis do setor ouvidos pelo Jornal Económico.

“A atividade dos nossos clientes irá seguramente manter-se focada em investimentos estratégicos e de oportunidade em

M&A e Private Equity, impulsionado pela liquidez existente, com especial destaque para os setores de Imobiliário, Energia e TMT”, afirma fonte oficial da Vieira de Almeida.

Por sua vez, Manuel Magalhães considera que a atual carteira de operações em curso da Sérvulo permitem esperar que nos primeiros meses do próximo ano os efeitos adversos da conjuntura macroeconómica não se façam sentir de modo abruzo na atividade da sociedade. “O balanço final vai depender do modo como a economia evoluir e das perspectivas que existam quanto à duração e aos efeitos da crise”, defende.

Inês Sequeira Mendes, por seu turno, considera que a conjuntura mais difícil do ponto de vista macroeconómico terá “consequências diretas” no comportamento das empresas e o mercado de M&A e Private Equity deverá sofrer esse impacto.

“São naturais cautelas adicionais por parte dos investidores antes de avançarem para transações inicialmente planeadas. Esta circunstância, que é perfeitamente compreensível à luz da imprevisibilidade reinante, poderá originar algum abrandamento no número e valor das operações”, acrescenta Inês Sequeira Mendes.

No entanto, a líder da Abreu considera que neste momento existe um “otimismo generalizado” no setor da advocacia de negócios em relação ao comportamento destes. Mercados no próximo ano, prevenindo-se “forte dinamismo” em áreas como a Tecnologia, onde tiveram lugar várias grandes operações este ano.

Miguel Torres nota igualmente que existe “muita liquidez” no mercado e que isso deverá permitir que as áreas de M&A e Private Equity permaneçam dinâmicas no próximo ano, embora em alguns sectores escasseiem os ativos disponíveis para essas operações. “Há muita liquidez no mercado e a dificuldade tem sido encontrar os alvos para os investimentos em perspectiva. Não tivemos nenhum sinal de abrandamento e contamos que se mantenha este desempenho no próximo ano”, concluiu o managing partner da Telles.